

Elemento: 3.3.50.43

Projeto: 8453 – Fonte do Recurso: 1196

Expediente	Organização Parceira	Nº Ajuste	Total
17/2800-0003860-5	SESC – Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul	325.2018	R\$ 70.000,00

Protocolo: 2018000080960

SÚMULA DE TERMO DE COLABORAÇÃO 469.2018

Partes: O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e a Associação Beneficente Pella Bethânia.

Objetivo: Repasse de recursos financeiros, visando à execução do Projeto Caminho da Acessibilidade.

Valor do Ajuste: total abaixo estabelecido.

Vigência: 10 (dez) meses, a contar da publicação da súmula da parceria no Diário Oficial do Estado.

Dotação Orçamentária: 28.67

Elemento: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Projeto: 8453 – Fonte do Recurso: 1196

Expediente	Organização Parceira	Nº Ajuste	Total
17/2800-0003856-7	Associação Beneficente Pella Bethânia	469.2018	R\$ 69.853,00

Protocolo: 2018000080961

SÚMULA DE TERMO DE COLABORAÇÃO 544.2018

Partes: O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e a Associação de Cegos Louis Braille.

Objetivo: Repasse de recursos financeiros, visando à execução do Projeto de valorização da vida, um resgate cultural através da culinária.

Valor do Ajuste: total abaixo estabelecido.

Vigência: 12 (doze) meses, a contar da publicação da súmula da parceria no Diário Oficial do Estado.

Dotação Orçamentária: 28.67

Elemento: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Projeto: 8453 – Fonte do Recurso: 1196

Expediente	Organização Parceira	Nº Ajuste	Total
17/2800-0003858-3	Associação de Cegos Louis Braille	544.2018	R\$ 69.974,85

Protocolo: 2018000080962

SÚMULA DE APOSTILAMENTO
Apostila nº 03/2018

Processo: 17/2800-0001622-9

Partes: Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o Instituto Espírita Nosso Lar

OBJETO: O presente termo de apostilamento tem como objeto realizar a prorrogação de ofício do presente convênio até 14/01/2019 (fls. 196 – 197). Face de que não fora publicado a data de prorrogação no Diário Oficial do dia 08/03/2018 página 168.

Editais

Protocolo: 2018000081221

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018/DAS/SDSTJDH

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por meio da **Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos**, retifica o edital de Protocolo número **2018000068592**, publicado no Diário Oficial do Estado, na data de **09/03/2018, nas páginas 342 e 343, tornando sem efeito o Edital de número 001/2018/DAS/SDSTJDH**, e torna público este novo edital, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, no [Decreto Estadual nº 53.175, de 25 de agosto de 2016](#), nas Instruções Normativas CAGE nº 05, de 27 de dezembro de 2016 e nº 06, de 13 de novembro de 2017, Portaria CAGE nº 02, de 31 de janeiro de 2018, bem como a legislação que abarca a Política Nacional de Assistência Social, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, a partir da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742 e alterações provocadas pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, como também as Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que normatiza operacionalmente o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Resolução CNAS nº 21 de 24 de novembro de 2016 e o Decreto Estadual Nº 52.697, de 10 novembro de 2015, institui o Programa RS Acolhedor, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará chamamento público para selecionar propostas visando à celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO com organização da sociedade civil - OSC, de acordo com as condições abaixo:



Nome do arquivo: pagina15215229217304876187233527529099457.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES	05/04/2018 09:27:59 GMT-03:00	87124582000104 14833379015	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.